

Simonsen pede ajuste imediato

por Patricia Saboia
de São Paulo

Mais de cinqüenta cadeiras extras foram colocadas às pressas ontem no auditório de quatrocentos lugares do Maksoud Plaza, onde empresários do mercado de capitais foram ouvir o ex-ministro Mário Henrique Simonsen analisar o momento brasileiro. Simonsen disse por três horas as dificuldades a serem transpostas e deixou um recado textual às autoridades: passou a hora do gradualismo. Não dá mais tempo de fazer ajustes por etapas. Só restam duas alternativas ao governo: enfrentar o problema já ou esperar que o problema o ataque.

O bombardeio de questões da platéia não ficou sem resposta: a melhor saída é a renegociação bilateral da dívida articulada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas, se não cumprirmos as metas, "não reuniremos nem dez banqueiros que queiram conversar". Os cortes de subsídios e de custeio das

estatais têm de vir agora, "inevitavelmente" acoplados a expurgos homogêneos nos vários índices. E tanto o "pacote" em gestação quanto a real situação do País "devem ser apresentados sem rodeios pelo governo à sociedade".

Embora tenha arrancado risos constantes do auditório — como ao ironizar propostas de mudanças do modelo, "o que significa tanto quanto trocar a Xuxa pela Luiza Brunet" —, a visão transmitida nada teve de cor-de-rosa. Qualquer gradualismo só se justifica quando implica menor sofrimento, mas hoje traria mais traumas. "Sem um tostão de caixa", o Brasil ainda teria de pagar o petróleo importado a vista, caso decidisse partir para a moratória — o que teria "consequências trágicas" e transformaria a "recessão traumática de agora numa mera brincadeira".

Respondendo a Roberto Maluf, diretor da Eucatex, Simonsen foi enfático: "A massa de manobra do Brasil é muito limitada", daí o

novo "pacote" ter de vir apesar dos problemas sociais. No entanto, "é preciso que as medidas tenham senso de progressividade na distribuição dos sacrifícios, não pesando mais sobre os pobres".

O ex-ministro do Planejamento rechaçou a tese dos "saudosistas", segundo a qual voltaria a funcionar um sistema de reciclagem competitiva para a dívida dos países em desenvolvimento, e admitiu "para o futuro" uma consolidação desta dívida a prazo de trinta anos, por exemplo, e juros de 6%. "Mas não há convicção da comunidade financeira internacional em montar isto", argumentou, daí a "solução de transição dever ser uma renegociação articulada pelo FMI, BIRD, BID, etc., solução menos dolorosa para o Brasil".

No âmbito do governo, ele vê dois problemas: a falta de um orçamento unificado, o que facilita a criação de dotações de subsídios, por exemplo. A existência de três contas distintas resulta em que

"os encargos da dívida pública não estão sendo contabilizados em lugar nenhum, o que levou o Brasil à, argumentar com o FMI que, se não foram contabilizados, não significam despesa, o que é um absurdo".

O segundo problema é a indexação, que foi feita para "compensar expansão da moeda, e não para neutralizar maximizarização do cruzeiro ou cortes de subsídios ou aumentos de impostos".

Hoje, no entanto, a existência de várias correções gera tensões (a das prestações da casa própria e a dos salários, por exemplo), e não há sentido em expurgá-las de forma diferente. Simonsen diz que, se o governo cortar os subsídios é permitir que os aumentos de custos sejam repassados, não haverá reflexo positivo sobre o déficit público. Mas expurgar, embora seja "uma mudança nas regras do jogo, não é uma mudança cosmética. E inevitável, sob pena de esse negócio todo aí não fechar".